

O Conselho de Administração (Consad) determinou um violento corte de horas nas chamadas horas acadêmico-administrativas. Os principais atingidos foram os chamados Núcleos Extensionistas, que tiveram suas cargas horárias reduzidas ou simplesmente zeradas. Mas sobrou corte também para os chamados Programas PET (Programas de Educação Tutorial) e coordenações de estágio. Os programas PET são parcerias estabelecidas entre a Capes e a universidade. O governo exige em contrapartida a destinação de horas administrativas para os coordenadores de programa. Se o corte anunciado acontecer as pesquisas provavelmente deixarão de existir.

Os cortes revelam, antes de tudo, uma lógica perversa que, ao invés de se pautar pela importância acadêmico-pedagógica do setor, guiam-se exclusivamente pelo critério de racionalização financeira.

Segundo o **PUCviva** pode apurar em um primeiro momento, os cortes não atingiram as coordenações pedagógicas e as chefias departamentais eleitas em junho, mas nada garante que nas próximas eleições tal medida não seja aplicada novamente.

## CIÊNCIAS SOCIAIS

Entre os principais atingidos estão os núcleos da Faculdade de Ciências Sociais, cujo corte de horas deverá inviabilizar grande parte destas atividades. Tiveram redução de horas docentes naquela unidade as coordenações de estágios dos cursos de Turismo e Serviço Social, um PET, aulas do cursinho Foco para Vestibulares, o Cedepe, Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (antigo IEE) e o Cedec, Centro de Documentação e Informação Científica. Além disso, o Museu da Cultura, que já havia sofrido

# CONSAD DETERMINA CORTES EM HORAS ADMINISTRATIVAS DE DOCENTES

redução em sua coordenação de 20 para 10 horas, teve outra redução passando para 5 horas, o que pode inviabilizar a manutenção do projeto.

O Curso Foco - Formação Complementar para Vestibulandos teve, a princípio, cerca de 75 horas de coordenações cortadas. O Foco Vestibular integra o Projeto Inovador de Cursos (PIC) do Programa Diversidade na Universidade (Unesco e MEC) que atende estudantes de baixa renda. As faculdades envolvidas de imediato questionaram os parâmetros de corte, principalmente porque o curso é uma das fontes de filantropia da PUC-SP e sua extinção demandaria novos gastos para a universidade. Segundo informações das faculdades, das 75 horas que seriam cortadas cerca de 60 foram revertidas.

Na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde foram feitas três reduções, as coordenações de estágios dos cursos de Fisioterapia e Fonoaudiologia tiveram redução de cinco horas cada uma, e um programa PET deixou de ter o subsídio da universidade.

## FACULDADE DE EDUCAÇÃO, FACICLA, FEA

Outra unidade duramente atingida pelos cortes foi a Faculdade de Educação, que teve redução em sua Coordenação de Estágios, em PETs, professores do curso Foco, Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) e na Brinquedoteca.

Na Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Arte (Faficla) cerca de 60 horas também foram cortadas agravando ainda mais a distribuição de aulas, já que a unidade foi duramente atingida com a não abertura de turmas.

Na Faculdade de Economia e Administração (FEA) três núcleos e coordenações também foram

atingidos. Em outras unidades não foram registrados cortes.

Algumas das unidades atingidas estão recorrendo da decisão junto à Reitoria e, para isso estão produzindo relatórios que comprovem academicamente a importância dos projetos cortados ou reduzidos, para que no próximo Conselho de Administração os cortes possam ser rediscutidos.

Mais uma vez os cortes praticados pelos gestores da universidade evidenciam o descaso para com o aspecto acadêmico. Essas medidas, somadas à não abertura de turmas em diversos cursos e a elevação do número mínimo de alunos para o funcionamento das turmas ingressantes, sem que se faça qualquer gestão para atrair estudantes para a PUC fazem antever um início de semestre letivo mais uma vez conturbado em 2014. Embora a Fundação São Paulo tenha garantido aos funcionários que não haveria demissões neste final de ano, as reduções por si só já configuram uma situação de demissão e redução de contratos de trabalho de docentes da universidade.



# A PUC-SP no escuro

Na quarta-feira, 6/11, um corte de luz deixou o campus Monte Alegre da PUC-SP completamente às escuras. Por mais de oito horas alunos, professores e funcionários ficaram esperando pelo retorno da energia elétrica, sem sequer receberem algum tipo de informação por parte da Reitoria sobre o que estava acontecendo e quando a energia seria restabelecida. O fato gerou insegurança na comunidade pois a universidade ficou longas horas às escuras, as luzes de segurança funcionam somente alguns minutos após o fim da energia.

Este episódio, embora isolado, é emblemático de uma atuação que hoje não apresenta nenhuma alternativa de comando ou solução para a crise da universidade.

Enquanto vemos coti-

dianamente nossos colegas serem demitidos "pontualmente", professores tendo suas horas de trabalho cortadas e turmas sendo desmontadas por falta de procura, não temos sequer uma manifestação oficial da direção da universidade que nos indique alguma saída para a crise em que a PUC-SP está mergulhada.

Escolhida pelo cardeal Dom Odilo Scherer, há exatamente um ano, a professora Anna Maria Marques Cintra sofreu uma enorme rejeição da comunidade, que teve repercussão em todo o Brasil e colocou a universidade na mídia de uma maneira negativa, quebrando toda uma tradição de democracia interna que havia se tornado uma referência para a sociedade brasileira.

Saindo "vitoriosa" desta crise, esperava-se que a reitoria apresentasse um plano de trabalho que justi-

ficasse toda a luta empreendida pelos atuais gestores. Porém, o que se vê hoje é uma reitoria fragmentada por exonerações de seus membros, uma total falta de diálogo com as associações representativas de funcionários e professores, e um distanciamento contínuo com os estudantes.

Mais do que nunca a Fundação São Paulo assume o comando da instituição, deixando à reitoria um papel decorativo. Porém, diferentemente da gestão passada, esta pouco se posiciona quanto às ordens emanadas pela mantenedora, que não dirige somente os caminhos econômicos da instituição, mas também influi diretamente no acadêmico.

O panorama para o ano que vem permanece sombrio. Estamos em meio a um processo de inscrição do vestibular que pode deixar a

situação ainda mais complicada, pois o Consad aumentou a exigência de número mínimo de alunos para que uma turma seja aberta. O fechamento de turmas e o corte de horas administrativas em mãos dos docentes, não provoca somente apreensão entre os professores, mas à medida que as estruturas que dão sustentação a essas atividades são desmontadas, os funcionários ficam extremamente inseguros sobre o seu futuro na instituição.

Mesmo que a rejeição à posse da professora Anna Cintra tenha sido grande, reitorar é o mínimo que se espera da direção imposta, para que a universidade não sofra mais um apagão (e desta vez definitivo) em seu tão combatido projeto institucional.

*Diretoria da AFAPUC*

## Sinpro-SP convoca assembleia para discutir dívida trabalhista da PUC-SP

O Sindicato dos Professores de São Paulo está convocando para o dia 12/11, terça-feira, às 15h, uma assembleia em sua sede (Rua Borges Lagoa, 170 - Vila Clementino) para debater o Processo Trabalhista 2469 de 1993, da 32ª Vara de Trabalho de São Paulo, que trata das diferenças salariais de 1992.

No ano de 1992 a reitoria da PUC-SP deixou de pagar integralmente o índice de inflação calculado para aquele ano pelos diversos institutos. Essa diferença foi arbitrada

em 25% dos salários vigentes à época.

No ano de 1993 os professores da PUC-SP entraram, via Sinpro-SP, com um pedido de ressarcimento dos valores sonogados pela instituição. Como àquela época as demandas judiciais só poderiam ser feitas através do sindicato da categoria, somente tiveram direito ao pedido os associados ao Sinpro-SP, e não todos os docentes prejudicados, o que no período representou cerca de 201 docentes e são esses

professores que estão sendo chamados para decidir sobre a proposta que deverá ser feita pela Fundação São Paulo

para a quitação da dívida.

Para mais informações sobre a reunião, ligue para 5080-5988.

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

**Apropuc:** Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

**PUCViva:** 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br) - **PUCViva na Internet:** [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

**Editor:** Valdir Mengardo

**Reportagem:** Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

**Fotografia:** Marina D'Aquino

**Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

**Conselho Editorial:** Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtorf

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.



# Proseguem os apoios à professora Bia Abramides

*Abaixo publicamos mais uma série de apoios enviados à APROPUC em solidariedade à professora Bia Abramides, enquadrada em um processo político da reitoria da PUC-SP*

*Os apoios à professora Bia Abramides podem ser enviados para o site Petição Pública, através do endereço eletrônico <http://www.peticaopublica.com.br/Peticao-ListaSignatarios.aspx?pi=Abramide>*

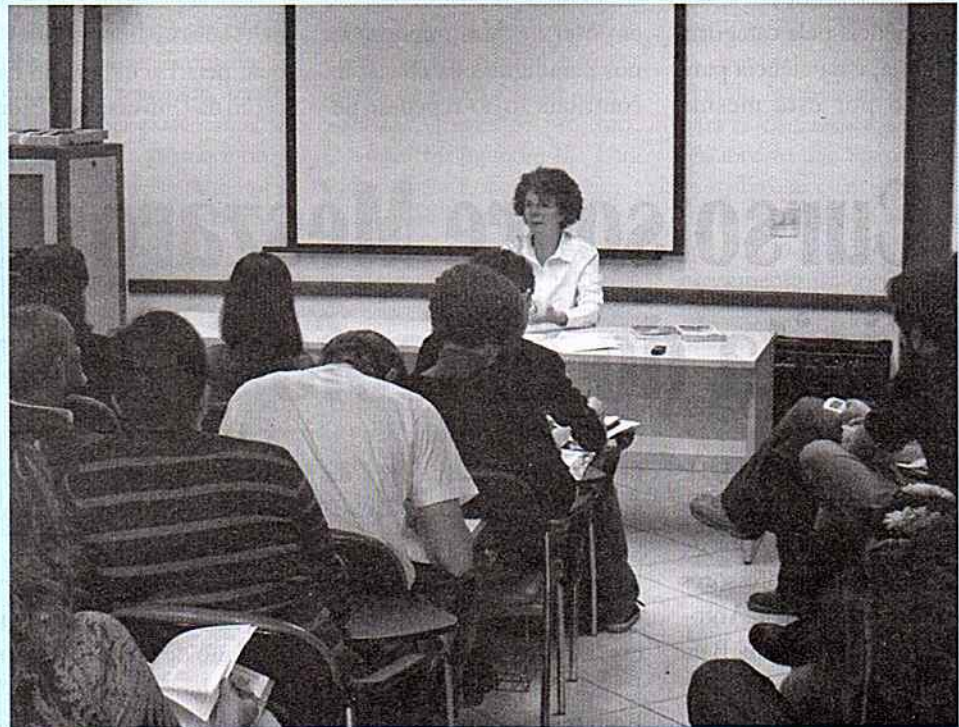
Edna Teles dos santos, Cristina Yuri Nishihara - Estudante História PUC-SP, Alfredo dos Santos, Victor Marinho Nunes de Sousa, Rodolfo Mendes, Maria Luisa Guedes, Marcos Ricardo de Lima - Profº Univ. Federal Alagoas, Ramon Casas Vilarino - NEILS - PUC-SP, Luiz Henrique dos Santos Blume, Priscila Cristina da Silva Cintra, Arele Francieli dos Santos Silva, Mariana Jesus de Oliveira Egydio, Francis Larry de Santana Lisboa - E. E. Buenos Aires, Maria Dolores Zundt - Secretaria de Educação Estado SP, Rubens Barbosa de Camargo - , Luisa da Costa Tardem, Eunice Maria de Oliveira, Domingos Hugo, Isabel Aparecida Buck Olivatto - INSS, Natália dos Santos - Salvador - BA, Regina Lucia dos Santos, Natasha Bachini Pereira - Cientista política pela PUC-SP, Juliana Barbosa

Bertotti Bogado - Secretária, Virginia Guitzel - Pão e Rosas, Gabriel de Souza Pontes - CNPq, Anderson Morais Rueda, Roberta vaz Gomes, Flávio Mancuso, Norma Isolda Cubillos Patiño, Glauco Zegna, Sergio de Paula Soares - Autônomo, Jessica Rosa

de Souza Ferreira, Erica Oguro - EE Prof. Gabriel Ortiz, Melissa da Costa Aglinskas, Daniel de Aquino Lucas Martins, Enid Yatsuda Frederico - Profª Unicamp, Solange Lourdes de Souza, Luiz Renato Martins, Mateus Soares de Souza - Estudante Filoso-

fia USP, Leila Castro da Rocha, Marisa Albuquerque Cordeiro - PMSP, Eli-sangela pereira ilheos, João Westin - Estudou na USP, Mariana de Almeida Pecci Maddalena, Vannnessa Souza Leão Costa Lima, Mirela Ribeiro da Costa, Pedro Sonck Ferro.

## Professora debate categorias da teoria marxista na APROPUC



ASILAN BOGADO

A professora Livia Cotrim ministra palestra na sede da APROPUC

No dia 06/13, às 16h no auditório da sede da APROPUC, aconteceu a palestra "Cultura e Trabalho: Ideologia, Alienação e Estranhamento", organizada pelo

Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista - NEAM, com Livia Cotrim, professora do Centro Universitário Fundação Santo André. A palestrante concen-

trou seu debate em torno da grande discussão envolvendo as categorias "estranhamento e alienação", que são centrais para o entendimento da teoria social marxiana.



# Livro sobre educação e crise capitalista é lançado na PUC-SP

Na terça-feira, 5/11, aconteceu na sede da APROPUC o lançamento do livro "A crise do Capital em Marx e suas implicações nos paradigmas da educação: contribuição ao repensar pedagógico do século XXI", de Aluisio Pampolha Bevilaqua.

Para o bom público presente, Aluisio, que também é professor, expôs a ideia principal de sua obra. Segundo ele, as crises do capital estabelecem relações de múltiplas determinações com os paradigmas da ciência e da educação. "A crise transita da esfera da produção à esfera da ciência pela categoria paradigma, e da ciência para educação por esta mesma

categoria. A reversão do processo se dá através da pedagogia, da educação para ciência e produção", afirmou.

Defendendo que a atual crise do sistema capitalista é mais profunda que as situações cíclicas e conjunturais, Aluisio afirmou que a crise da estrutura de valor, de uso e de troca, exigiu uma revolução científica para a mudança de paradigmas, cujos limites se apresentam na crise do capital nos países do capitalismo avançado, como EUA, Alemanha, Inglaterra, França e Japão.

O livro "A crise do Capital em Marx e suas implicações nos paradigmas da educação: contribuição ao repensar pe-



CAMILA ROCHA

Na sede da APROPUC plateia assiste o lançamento do livro de Aluisio Bevilaqua

dagógico do século XXI" foi produzido durante o mestrado de Aluisio Pampolha Bevilaqua, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal

do Ceará, e publicado pela editora Cooperativa Inverta. Ao final da apresentação houve debate e uma sessão de autógrafos com o autor.

## Curso sobre Mészáros antecipa visita do filósofo à universidade

Entre os dias 11 e 13/11, a obra do filósofo húngaro István Mészáros será tema de discussão com os professores Maria Orlanda Pinassi, Antonio Rago e Maria Lucia Barroco, em evento que precede a conferência de Mészáros no Brasil, marcando o lançamento dos livros "O conceito de dialética em Lukács", "Para uma ontologia do ser social II" e "György Lukács e a emancipação humana".

O filósofo húngaro István Mészáros, professor emérito da Universidade de Sussex e um dos mais

destacados pensadores da atualidade, visita o Brasil em novembro para lançar livros e participar do ciclo de conferências "A dialética em Lukács e o enigma do Estado", promovido pela Boitempo Editorial em parceria com a PUC-SP e outras universidades brasileiras.

Com o objetivo de aprofundar as questões postas pelo pensador húngaro, a Boitempo e a PUC-SP realizam antes das conferências de Mészáros, o Curso de introdução a sua obra.

No dia 11, segunda-feira,

Maria Orlanda Pinassi debate "A crise estrutural do capital e o desafio do socialismo no século XXI"; no dia 12, terça-feira, o professor do departamento de História Antonio Rago debaterá o tema "O poder da ideologia, método e ciência social". Já no dia 13, Maria Lucia Barroco debate "A teoria da alienação em Mészáros". As inscrições, gratuitas, podem ser feitas pelo site [www.boitempoeditorial.com.br](http://www.boitempoeditorial.com.br). Os debates ocorrem no auditório 100-A da PUC-SP, às 19h.

Finalmente no dia 18/11,

segunda-feira às 19h no TUCA, o escritor Mészáros debaterá "A dialética em Lukács e o enigma do Estado", evento realizado também pela Boitempo e pela PUC-SP, com apoio do Núcleo de Estudos de História, Trabalho, Ideologia e Poder da Pós-Graduação em História, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos da Pós-Graduação em Serviço Social e da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. Para a ocasião não será necessário se inscrever.



## GAUCHE NA VIDA

# As Ciências Sociais contra os Direitos Sociais: O que é isso FFLCH?

Jorge Luiz Souto Maior

Que a greve causa transtornos ninguém há de negar. Que a greve quebra a normalidade, também é fato. E, por consequência, que haja resistência à greve, sobretudo daqueles que, direta ou indiretamente, são atingidos por ela, é compreensível. Aliás, há de se reconhecer que mesmo os grevistas, que se sacrificam na greve, pois precisam se organizar e se submeter aos ataques daqueles que são alvo imediato da greve, os quais se valem, inclusive, de estruturas repressivas para tanto, não vislumbram a greve como um objetivo de vida, reconhecendo-a, unicamente, como um instrumento necessário para a luta.

Agora, que professores ligados às ciências sociais e humanas se reúnam para organizar um Manifesto contra a greve, aí temos uma novidade que vale a pena examinar, na medida em que é de conhecimento geral que o estágio atual da sociedade, no que se refere à criação de direitos sociais e à ampliação das possibilidades de atuação democrática, resulta de inúmeras greves, que, em outros tempos, já chegaram a gerar o sacrifício de muitas vidas.

É impossível não reconhecer no instituto da greve, que, por meio da própria experiência, adquiriu o status de um direito fundamental, ligado à livre manifestação, e do qual advém o direito à associação e o direito à sindicalização, o mais importante instrumento de modificação da realidade social em prol daqueles que se situam em posição de inferioridade ou vulnerabilidade no arranjo sócio-econômico do mundo capitalista, isso quando não se organizam para uma ação política de natureza revolucionária,

sendo certo que a própria greve, de índole reivindicatória, pode se constituir em embrião desta última luta.

Os valores que permeiam a sociedade atual são fruto de greves e de mobilizações sociais históricas como o trabalhismo, o feminismo, o pacifismo, os movimentos contra o racismo e contra a discriminação religiosa, e, mais presentemente, pela preservação ambiental, incluindo a luta pelos direitos dos animais.

Não se pode olvidar que todos esses movimentos foram rechaçados pelas estruturas de poder, voltadas à preservação do "status quo", mas que mesmo assim, como resultado do embate, proporcionaram a construção de uma nova realidade, tendo assumido papel extremamente relevante para as atentas e profundas análises de historiadores e sociólogos, que souberam superar a racionalidade reacionária, advinda, sobretudo, da ciência jurídica.

A questão intrigante é que o papel de resistência aos avanços sociais sempre foi reservado ao Direito e um Manifesto recentemente assinado por mais de 150 professores da FFLCH-USP parece pretender uma inversão neste posicionamento histórico.

O fato é que várias decisões judiciais começam a acatar de forma mais efetiva e ampla o conceito do direito de greve, como se verificou, por exemplo, nos processos números 114.01.2011.011948-2 (1ª Vara da Fazenda Pública de Campinas); 00515348 420125020000 (Seção de Dissídios Coletivos do TRT2); e 1005270-72.2013.8.26.0053 (12ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo).

De tais decisões extraem-se valores como o reconhecimento da legitimidade das greves de estudantes, dos métodos de

luta, incluindo a ocupação, e do conteúdo político das reivindicações, decisões estas, aliás, proferidas sob o amparo de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, na qual se consagrou a noção constitucional de que a greve é destinada aos trabalhadores em geral, sem distinções, e que a estes "compete decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dela defender", sendo fixado também o pressuposto de que mesmo a lei não pode restringir a greve, cabendo à lei, isto sim, protegê-la. Esta decisão consignou de forma cristalina que estão "constitucionalmente admissíveis todos os tipos de greve: greves reivindicatórias, greves de solidariedade, greves políticas, greves de protesto" (Mandado de Injunção 712, Min. Relator Eros Roberto Grau).

Trilhando o caminho dessa decisão, recentemente, o ministro Luiz Fux, também do STF, impôs novo avanço à compreensão do direito de greve, reformando decisão do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) no que tange ao corte de ponto dos professores da rede estadual em greve. Em sua decisão, argumentou o Ministro: "A decisão reclamada, autorizativa do governo fluminense a cortar o ponto e efetuar os descontos dos profissionais da educação estadual, desestimula e desencoraja, ainda que de forma oblíqua, a livre manifestação do direito de greve pelos servidores, verdadeira garantia fundamental" (Reclamação 16.535).

Além disso, a Justiça do Trabalho, em decisões reiteradas de primeiro e segundo graus, tem ampliado o sentido do direito de greve como sendo um "direito de causar prejuízo", extraíndo a situação de "normalidade", com inclusão do direito ao piquete,

conforme decisões proferidas na 4ª Vara do Trabalho de Londrina (processo n. 10086-2013-663-09-00-4), no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (processo n. 0921-2006-009-17-00-0), na Vara do Trabalho de Eunápolis/BA (processo n. 0000306-71-20130-5-05-0511), todas sob o amparo de outra recente decisão do Supremo Tribunal Federal, esta da lavra do ministro Dias Toffoli (Reclamação n. 16.337), que assegurou a competência da Justiça do Trabalho para tratar de questões que envolvem o direito de greve, nos termos da Súmula Vinculante n. 23, do STF, integrando o piquete a tal conceito.

Bem se vê, portanto, que o aludido Manifesto busca atrair para as ciências sociais o papel reacionário que historicamente se atribuiu às ciências jurídicas.

É evidente que as decisões acima não refletem, ainda, o pensamento único, ou mesmo majoritário, no âmbito do Judiciário sobre essas questões, mas, certamente, pode-se traçar uma linha evolutiva no sentido da ampliação do conceito do direito de greve, garantindo-lhe uma posição privilegiada na relação com os demais direitos, sobretudo os de índole liberal, notadamente o direito de ir e vir, que não pode, como nenhum outro, ser valorado em abstrato e sem inserção no contexto dos demais direitos sociais.

O desafio atual da ciência jurídica está, exatamente, no questionamento acerca da persistência do direito individual de trabalhar quando uma greve, na qualidade de autêntico direito coletivo, é deflagrada, ainda mais considerando os termos da própria Lei n. 7.783/89 (que é

continua na próxima página



continuação da página anterior

bastante restritiva do direito de greve, diga-se de passagem) que estabelece, em seu art. 9º., que a continuação dos serviços deve ser definida mediante acordo entre o sindicato patronal ou o empregador diretamente com o sindicato ou a comissão de negociação, mesmo no que se refere aos "serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento". Ou seja, para a lei, a tentativa do empregador de manter-se funcionando normalmente, sem negociar com os trabalhadores em greve, valendo-se das posições individualizadas dos ditos "fura-greves", representa ato ilícito, que afronta o direito de greve.

A decisão de trabalhar, ou não, no período de greve não pertence a cada trabalhador, individualmente considerado. Daí porque, também, apresenta-se como legítima toda forma, pacífica (ou seja, que não chega à agressão física), de impedir que o trabalho, para além das necessidades inadiáveis, continue sendo executado, seja por vontade individual de um trabalhador (ou vários), seja pela contratação, por parte do empregador, de empregados para a execução dos serviços, não se admitindo até mesmo que empregados de outras categorias, como terceirizados, por exemplo, supram as eventuais necessidades de mera produção dos empregadores no período.

Assim, piquetes e até ocupações pacíficas no local de trabalho se justificam para que se faça prevalecer, em concreto, o legítimo e efetivo exercício do direito de greve, na medida em que se veja ameaçado por atos ilícitos do empregador que, valendo-se de pressão aberta ou velada com relação aos grevistas e sugerindo premiações aos que não aderirem à greve, tenta destruir a greve sem se dispor ao necessário diálogo com os trabalhadores, sendo certo que

o diálogo somente adquire nível de equilíbrio quando os que se situam em posição de inferioridade buscam a ação coletiva.

Qualquer tipo de ameaça ao grevista ou promessa de prêmio ou promoção aos não grevistas constitui ato anti-sindical, tal como definido na Convenção 98 da OIT (ratificada pelo Brasil, em 1952), que justifica, até, a apresentação de queixa junto ao Comitê de Liberdade Sindical da referida Organização.

Essa é a tensão atual vivenciada pelo Direito com relação à greve e o que menos se precisa neste instante, pensando na evolução dos arranjos sociais, é que o saber das ciências sociais venha a público levantar bandeiras reacionárias, que, mesmo sob a retórica de se firmar a favor do direito de greve, opõe-se ao piquete e aniquila a greve como meio de luta.

A oposição menos ainda se justifica no contexto histórico da USP, onde as recentes lutas de estudantes, servidores e professores, desde 2007, foram bastante exitosas e serviram, inclusive, como importante paradigma para a própria reformulação da ciência jurídica em torno do direito de greve, transpondo os muros da Universidade. A injustificada resistência despreza, também, o quanto as mobilizações, no acúmulo das experiências, favoreceram a produção do conhecimento em torno das questões políticas, sociais, econômicas e acadêmicas que envolvem a estrutura da Universidade e sua relação com a sociedade em geral e a ordem jurídico-democrática, experiências estas que, inclusive, possibilitaram o desenvolvimento de consciência crítica e efetivo exercício da ética, da solidariedade e da organização coletiva. Mais importante, ainda, as lutas permitiram a compreensão sobre a ligação dos interesses entre estudantes e trabalhadores, com inclusão dos antes invisíveis trabalhadores terceirizados.

É interessante perceber a contradição do Manifesto, que se baseia na lógica da individualidade, mas que, ao mesmo tempo, se socorre da ação coletiva, buscando a legitimação do argumento pelo número de

assinaturas, mas fazendo-o sem respeito a qualquer esfera institucionalizada de deliberação coletiva, desprezando, pois, a via pública da ação política, ao mesmo tempo em que se auto-proclama representante de corrente majoritária, ainda que não apresente embasamento técnico científico para tal afirmação.

Em suma, no atual estágio da luta pela consagração do Direito Constitucional de greve, como preceito fundamental, o que se espera é que a resistência não venha da ciência social, vez que das estruturas de poder, considerando os interesses de parte do segmento econômico e do próprio governo, as gritas já são, historicamente, muito fortes.

Por fim, há de considerar, no caso concreto da luta da USP, que no momento em que se está tentando derrubar as estruturas arcaicas e autoritárias da Universidade, atraindo uma racionalidade democrática e ao mesmo tempo sensível às questões sociais, e esta luta não

começou ontem e não tem sido nada fácil, perpassando gerações, apresenta-se, no mínimo, como valor bastante mesquinho a vontade de manter a "normalidade"...

Como já preconizado por José Martí, "Si no luchas, ten al menos la decencia de respetar a quienes si lo hacen"!

**Jorge Luiz Souto Maior é professor Livre-Docente do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito da USP. Juiz do Trabalho. Membro da AJD - Associação Juízes para a Democracia.**

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

## FALA COMUNIDADE

### Comissão de Alimentação esclarece matéria

*Em nome da Comissão sobre Restaurantes gostaríamos de solicitar uma nota de retificação para matéria em questão: "Pesquisa atesta insatisfação, e restaurante universitário terá nova direção".*

Algumas informações estão desconstruídas:

1) Onde se lê, no terceiro parágrafo: "A Fundação São Paulo diante do resultado da situação [pesquisa] decidiu que a atual locatária não teria condições de permanecer no espaço e resolveu abrir nova licitação."

Retificar para: Informamos que o Secretário Executivo da Fundasp, logo no início da reunião com os representantes da concessionária Tutti Bom/Facultativo, apresentou as razões para sua convocação pautada em resultados da pesquisa feita com os usuários do restaurante. Mencionou respeitosa e que poderia, ou não, ser decidida pelos membros presentes naquele momento, a abertura de concorrência convidando-os, se caso desejassem, a participarem dela.

Essa comissão, diante da situação apontada pela pesquisa apurou, na verdade, que a comunidade usuária vem há tempos se manifestando sobre a necessidade de mudanças. Vislumbrou-se então, a abertura de concorrência como um processo justo para atender a essa demanda.

O atual locatário teve total liberdade de responder às questões mencionadas, porém comunicou sua decisão pela rescisão, prevista em contrato, sem participação na concorrência, posteriormente.

2) Em relação aos nomes dos membros da Comissão, solicitamos algumas correções e inclusão. Se for utilizar o mesmo parágrafo último da matéria seria:

A Comissão Restaurantes é formada pela professora Maria José e pelos funcionários Shirlei Valejo (Divisão de Recursos Humanos), André Alves de Andrade Gois (Secretaria da Pós Graduação), Marcos Aurélio de Oliveira (Comitê de Ética) e Edilaine Correa Gonçalves (Biblioteca).



## MOVIMENTOS SOCIAIS

# Estudantes da USP decidem manter ocupação e greve

**Universidade Livre e Popular abre curso de economia**

Cerca de 1500 estudantes da Universidade de São Paulo (USP) realizaram uma assembleia na quarta-feira, 6/11, para discutir o futuro da greve e da ocupação da reitoria da universidade, que já se alastram por mais de um mês.

Com 747 votos favoráveis e 562 contrários, a maioria decidiu pela manutenção da paralisação e da ocupação da reitoria da USP, movimento que começou com a reivindicação de eleições diretas para reitor. Na USP, um colegiado restrito elege a lista tríplice, que é encaminhada para que o governador do estado escolha um dos três nomes.

Durante a assembleia, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP defendeu o fim

da greve e da ocupação, uma vez que a USP já está em posse do mandato judicial de reintegração de posse da Reitoria e houve um processo de negociação, mediado pela Justiça, que garantiu ao movimento algumas conquistas - a Estatuinte, o aumento do número de moradias do Crusp e o reajuste do valor das bolsas estudantis. O que, porém, não foi o suficiente para a maioria presente na assembleia votar pelo fim da greve e da ocupação.

Na quinta-feira, 7/11, dia do fechamento dessa matéria, foi marcada uma reunião entre o movimento e a Reitoria para tentar encontrar uma solução para o conflito que não passe pela reintegração de posse violenta por parte da

PM, cuja presença no campus, aliás, foi um dos motivos para o início da greve e da ocupação. Para depois dessa reunião, outra assembleia foi convocada para continuar a discussão dos rumos do movimento na USP.

Essa assembleia, marcada em caráter de urgência devido ao horário avançado da assembleia do dia anterior e com o risco da reintegração de posse da reitoria, os estudantes procuraram redebater a ocupação, que a cada dia se esvazia mais, dando maiores chances de um conflito com a Tropa de Choque. Além disso, foi decidido que não haveria demolição do muro que separa a universidade da comunidade São Remo.

A Universidade Livre e Popular, iniciativa do Tribunal Popular: o Estado brasileiro no banco dos réus, já está funcionando e tem uma novidade. Nesta quarta-feira, 13/11, às 19h, começam as aulas de Economia, cujas vagas são limitadas, com o professor Hector Mondragon.

Entre os temas do curso estão o colonialismo e a empresa colonial, a atual divisão internacional do trabalho, o capitalismo e suas crises e os modelos econômicos da América Latina. Quem quiser se inscrever para participar da Universidade Livre e Popular, deve enviar e-mail para [universidadelivrepopular@gmail.com](mailto:universidadelivrepopular@gmail.com).

Na semana passada, já haviam começado as aulas de Espanhol, primeiro curso ministrado na Universidade Popular, que funciona no Sacolão das Artes, Av. Cândido José Xavier, 577, Parque Santo Antônio.

## Movimentos sociais fazem ato pela desmilitarização da PM

Uma série de movimentos sociais, coletivos políticos e partidos de esquerda organizaram na quinta-feira, 7/11, na Praça Roosevelt, um ato unificado pela desmilitarização da política e da Polícia Militar de São Paulo - instituição militar que mais mata no mundo. Os manifestantes saíram da praça e caminharam pelas ruas do centro da cidade, dialogando com a população sobre a falência do atual modelo de segurança pública.

"A criminalização da pobreza e dos movimentos sociais

voltam a ser pauta do noticiário burguês e da direita paulistana. A morte dos adolescentes Douglas Rodrigues e Jean Silva Nascimento na semana derradeira de outubro reabre um processo bem conhecido pela população paulistana: o de extermínio da juventude negra, pobre e periférica", diz a introdução da nota pública divulgada pelos movimentos.

Segundo a nota dos manifestantes, "para além do processo protagonizado por Alckmin e Grella também temos visto que a política de

gentrificação e higienização tem se alastrado por todo país. O desaparecimento de Amarildo no Rio de Janeiro, a morte de Ricardo na baixada santista, a utilização da Força Nacional durante o leilão de Libra e as manifestações em cidades-sede da Copa das Confederações em junho apontavam para esse processo de recrudescimento da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais".

Além da desmilitarização da polícia, os movimentos sociais pedem também a pacificação da política, que, se-

gundo eles, tem suas estruturas totalmente ligadas à militarização da sociedade. Como, por exemplo, ainda segundo os movimentos sociais, a grande quantidade de coronéis que comandam as subprefeituras paulistanas ou mesmo a recente Salva de Prata, que é uma menção honrosa, concedida pela câmara de vereadores de São Paulo à Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), destacamento de elite envolvido com grupos de extermínio e práticas de violação de direitos humanos.



# ROLA NA RAMPA

## Professores de Direito levam prêmio Jabuti

O professor Vladimir Oliveira da Silveira, da Faculdade de Direito, juntamente com Samyra Napolini e Mônica Bonetti Couto, ambas doutoras pela PUC-SP, conquistaram 2º lugar do Prêmio Jabuti 2013 na categoria Direito. O Prêmio Jabuti, em seus 55 anos de existência, é o mais tradicional e prestigiado prêmio literário do país, que dá aos vencedores o lastro da comunidade intelectual brasileira, além do reconhecimento a todos aqueles que trabalham com o livro, organizaram e publicaram a coletânea Educação Jurídica, pela Editora Saraiva,

em 2012. O Projeto Editorial da referida obra buscou discutir os temas mais relevantes para a chamada educação jurídica, isto é, o ensino do Direito associado necessariamente à pesquisa jurídica e extensão. Os capítulos de livros foram escritos por pesquisadores de todo o Brasil vinculados a diversos Programas de Pós-Graduação em Direito, alguns deles da PUC-SP. O índice da obra permite demonstrar a pluralidade do projeto e a discussão dos temas mais instigantes da pesquisa jurídica contemporânea.

## Escola Florestan Fernandes organiza visita

A Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes promove uma nova visita à escola no próximo dia 23/11. A visita tem como objetivo mostrar uma nova realidade concreta, construída, de forma coletiva, pelo trabalho voluntário de centenas de trabalhadores sem terra e de simpatizantes. A ENFF, situada em Guararema (a 70 km de SP), é o principal centro de formação de militantes de diversos movimentos sociais. O custo da visita é de R\$ 10,00, valor repassado para a ENFF por conta dos gastos com café da

manhã e almoço. Para participar, basta confirmar presença até o dia 20/11, enviando para o e-mail [visitaenff@amigosenff.org.br](mailto:visitaenff@amigosenff.org.br) nome e comprovante do depósito, que deverá ser feito na conta Associação dos Amigos da ENFF: Banco do Brasil, Ag. 3687-0, c/c 285076-1, CNPJ 11.453. 647/0001-95. As atividades começam às 8h30, com ciclo de debates sobre o Imperialismo na América Latina, seguido da exibição do filme que conta a história da escola, "ENFF Uma Escola em Construção". Na sequência, haverá visita monitorada às instalações do local.

## Campanha de Natal

A Campanha Natal dos Sonhos, iniciativa da Arquidiocese de São Paulo e da Pastoral do Menor, tem como objetivo arrecadar brinquedos durante o período que antecede o Natal, para que sejam doados a instituições que atendem crianças menos favo-

recidas e em situação de risco. As doações podem ser feitas durante novembro e dezembro na Pastoral Universitária da PUC-SP, nas portarias da Ministro Godói e Monte Alegre, na Clínica Psicológica e na portaria da Fundação São Paulo.

## NEAM debate Trabalho em Marx

O Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista organiza a palestra "A Categoria Trabalho em Marx", com a professora Dr<sup>a</sup> Danielle Franco da Rocha, autora do curso "O Movimento Operário no Brasil: um Panorama Histórico", promovido pelo

COGEAE, e pesquisadora do Centro de Estudos de História da América Latina (CEHAL). O debate, que será coordenado pela professora Vera Lucia Vieira, da Faculdade de Ciências Sociais, acontece na sala 520 do Prédio Novo, entre 16h e 19h.

## Contardo Calligaris ministra palestra sobre psicoses

O Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP) promoverá no sábado, 30/11, das 9h30 às 12h30, o evento "As psicoses: 20 anos depois. O que sobra? O que mudou?", com Contardo Calligaris, doutor em psicologia nascido na Itália, membro da Escola Freudiana

de Paris e membro fundador da Associação Freudiana e da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. O evento é dirigido a psicólogos, psiquiatras, psicanalistas e profissionais da área de saúde. Para mais informações e inscrições, ligue para 3864-2330.

## Evento beneficente com o professor Mario Sergio Cortella

No dia 25/11, às 19h, no Clube Paineiras do Morumbi, ocorrerá a palestra do filósofo e escritor Mario Sergio Cortella, professor titular da PUC-SP, sobre o tema "Relações Interpessoais na Sociedade e na Empresa: ética, indivíduo, flexibilidade e convivência". O evento terá como foco o Voluntariado Emílio Ribas

(VER), organização sem fins lucrativos que apoia pacientes do Instituto de Infectologia do Hospital Emílio Ribas. Os ingressos são numerados e limitados, e deverão ser trocados por três latas de leite em pó (ou R\$ 30, que serão revertidos para a compra do alimento) que serão doadas para o instituto.

## Serviço Social realiza Semana da Prática

O curso de Serviço Social da PUC-SP convida para sua Semana da Prática, entre os dias 11 e 14/11. No primeiro dia, ABEPSS, CRESS, ENESSO, CASS e o Movimento Passe Livre discutem os movimentos de junho de 2013 e o papel dos assistentes sociais.

No dia 12, diversos profissionais da saúde se organizam para debater o estágio na área, colocando a situação dos

estagiários e dos supervisores acadêmicos. No terceiro dia, Maira Cardoso, Mariana Avelino e Luana Rocha da Silva debatem as questões de gênero, raça e etnia no cotidiano do profissional de Serviço Social. Para finalizar a semana, profissionais de Serviço Social e militantes de movimentos sociais discutem o mercado de trabalho, com suas polêmicas e possíveis alternativas.